

## Saberes que inspiram práticas políticas: entrevista com a cientista política e vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Bella Gonçalves

*Knowledges that inspire political practices: interview with the political scientist and councilor of Belo Horizonte City Council, Bella Gonçalves*

*Conocimientos que inspiran prácticas políticas: entrevista a la politóloga y concejala del Ayuntamiento de Belo Horizonte, Bella Gonçalves*

Aline Miranda<sup>1</sup>

Orcid: 0000-0002-1087-6271

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro<sup>2</sup>

Orcid: 0000-0002-2513-3243

### Resumo

Esta entrevista constitui em um diálogo sobre a relação entre a formação acadêmica de Bella Gonçalves e suas práticas políticas. Conversamos sobre a trajetória dela nas Ciências Sociais, nos movimentos sociais e na Câmara Municipal de Belo Horizonte, bem como, falamos, ainda, sobre suas perspectivas acadêmicas, escritoras, intelectuais, teorias, conceitos e saberes que inspiram as suas práticas políticas. A partir de respostas questionadoras, Bella Gonçalves nos provoca a refletir acerca da formação de maiorias políticas amplas e diversas e do desafio de construir conceitos que deem conta dos impasses históricos e traumas coletivos que nos dividem, como a colonização, a escravidão e o extermínio de saberes tradicionais.

**Palavras-chave:** Formação acadêmica; Práticas políticas; Movimentos sociais; Saberes.

### Abstract

his interview brings a dialogue about the relation among Bella Gonçalves' academic education and her political practices. We talked about her trajectory in Social Sciences, in social movements and in the Municipality of Belo Horizonte. We also talk about her academic perspectives, as well as the intellectuals, writers, theories, concepts and knowledge that inspire her political practices. With questioning answers, Bella Gonçalves provokes us to reflect about the formation of broad and diverse political majorities and the challenge of building concepts that deal with the historical impasses and collective traumas that divide us, such as colonization, slavery and the extermination of traditional knowledge.

**Keywords:** Academic education; Political practices; Social movements; Knowledge.

1. Antropóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, mestra em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2020) e graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). E-mail: mirandabms@gmail.com.

2. Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, bacharela em Humanidades (2017), licenciada em Geografia (2019) e mestra em Ciências Humanas (2019) pela Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: debora.antonieta@hotmail.com.

## Resumén

Esta entrevista constituye un diálogo sobre la relación entre la formación académica de Bella Gonçalves y sus prácticas políticas. Hablamos de su trayectoria en Ciencias Sociales, en movimientos sociales y en el Municipio de Belo Horizonte. También hablamos de sus perspectivas académicas, así como de los intelectuales, escritores, teorías, conceptos y conocimientos que inspiran sus prácticas políticas. A partir de respuestas interrogantes, Bella Gonçalves nos provoca reflexionar sobre la formación de mayorías políticas amplias y diversas y el desafío de construir conceptos que aborden los impasses históricos y traumas colectivos que nos dividen, como la colonización, la esclavitud y el exterminio de los saberes tradicionales.

**Palabras clave:** Formación académica; Prácticas políticas; Movimientos sociales; Cono-

## 1. Introdução

Isabella Gonçalves Miranda, ou apenas Bella Gonçalves, como prefere ser chamada e é publicamente conhecida, é cientista política e, à época da realização da entrevista (nov./2021), era vereadora da Câmara Municipal de Belo Horizonte (2020 a 2022), cargo deixado para concorrer às eleições do dia 2 de outubro de 2022, quando foi eleita deputada estadual da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para mandato que se iniciará em 2023. Nascida na capital mineira, Bella teve o seu contato inicial com os movimentos sociais no âmbito de projetos de extensão durante a graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), experiência que associa à construção do seu percurso na política, particularmente em defesa do direito à cidade e de uma reforma urbana popular e feminista. Graduada em Ciências Sociais pela UFMG (2012) e doutora em Pós Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), em Portugal, e em Ciência Política pela UFMG (2019), Bella Gonçalves defendeu uma tese intitulada

“Brasil em Movimento: o fim da Nova República e a crise da esquerda brasileira” e acumula diferentes publicações sobre direito à cidade, reforma urbana, economia política, cidadania, emancipação social e direitos humanos.

Assim como na carreira acadêmica, na política sua trajetória é marcada pelo trabalho junto aos movimentos sociais, às ocupações urbanas, vilas e favelas, aos diversos segmentos de trabalhadores informais e aos movimentos socioambientais pela agroecologia e contra a mineração. Antes de se tornar parlamentar, atuou na Gabinetona<sup>3</sup>, em co-vereança com Áurea Carolina e Cida Falabella. Em 2016, foi a terceira candidata mais votada da coligação PSOL/PCB, atuando como a primeira suplente e vindo a assumir em novembro de 2018, com a eleição de Áurea Carolina para a Câmara dos Deputados. Já na eleição de 2020, Bella Gonçalves se elegeu com votação ampliada, tendo obtido 6.954 votos.

Seja nas informações do seu perfil no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte e nas suas redes sociais, seja em suas falas públicas, Bella Gonçalves expressa as diver-

3. Mandato coletivo, à época, das vereadoras Bella Gonçalves e Cida Falabella, da deputada estadual Andréia de Jesus e da deputada federal Áurea Carolina. Recentemente, Andréia de Jesus filiou-se ao Partido dos Trabalhadores.

sas facetas de sua identidade: mulher jovem, lésbica e militante, comprometida com a luta pela democracia, pela participação de mulheres, negras, indígenas e LGBTQIA+ na política e em defesa de políticas que construam o bem-viver na cidade junto às comunidades tradicionais, vilas, favelas e ocupações. A partir disso, a cientista política e vereadora demonstra a importância de corporificar a prática política e, mais ainda, a importância de sujeitos, cujas identidades foram sempre discriminadas e atacadas, a ocuparem a política com seus corpos não hegemônicos.

\*\*\*

**DÉBORA:** Isabella, já conhecemos um pouco da sua trajetória e sabemos que sua atuação política se iniciou nas lutas pelo direito à cidade, no seu trabalho junto aos movimentos sociais, às ocupações urbanas, vilas e favelas em Belo Horizonte. Ou seja, sua dedicação a causas coletivas antecede sua atuação como vereadora na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Sabemos, também, que você construiu um percurso acadêmico muito interessante no âmbito das Ciências Sociais. Você poderia falar um pouco de todas essas trajetórias?

**ISABELLA:** Sim, eu entrei nas Ciências Sociais em 2008 e foi justamente na experiência da extensão universitária, que, aliás, eu acho muito importante e super desvalorizado nas universidades do Brasil, onde eu tive contato com os movimentos sociais. Então, as duas trajetórias sempre

foram casadas: pesquisa e atuação política. Às vezes com tensões, inclusive, entre esses lugares. A academia é um lugar institucional e a luta que a gente constrói historicamente nos movimentos sociais é uma luta mais direta, inclusive de negação de algumas institucionalidades. Hoje, essa tensão mudou de lugar, mas continua sendo tenso (risos). Então, em 2008, eu entrei nas Ciências Sociais, comecei a extensão universitária no Programa Pólos de Cidadania, que é um programa da Faculdade de Direito da UFMG, e em 2010, entrei para as Brigadas Populares, atuando junto às comunidades ameaçadas de despejo, em especial junto à Ocupação Dandara. Então, eu atuava no Pólos, nas Brigadas e nas Ciências Sociais até 2013, que foi um período atravessado por muitos processos de reflexão e luta sobre o direito à cidade. Nesse período a gente construiu os Comitês Populares de Atingidos pela Copa do Mundo, o Movimento Fora Lacerda, contra o então prefeito de Belo Horizonte, as mostras e oficinas feministas do DiversaS – Feminismo, Arte e Resistência<sup>5</sup>, a Praia da Estação<sup>6</sup> e outras lutas pela ocupação cultural da cidade. Em especial, a minha atuação esteve focada nas ocupações urbanas e na questão do trabalho ambulante. Então, eu fui construindo minha trajetória por aí. Ainda em 2013, iniciei o doutorado, sem haver passado pelo mestrado, comecei a fazer o doutorado em Coimbra (Portugal) e vivi essa experiência de iniciar um doutorado lá. Apesar do enorme privilégio de poder realizar o doutorado com bolsa, me custou perceber que lá eu teria uma experiência

4. A Ocupação Dandara, localizada na região da Pampulha, em Belo Horizonte, foi fundada em abril de 2009, por 150 famílias, com apoio das Brigas Populares e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Desde então, a área de 40 hectares que desde a década de 1970 estava inutilizada, passou a ser lugar de moradia de cerca de duas mil e quinhentas famílias. Atualmente, os moradores da Dandara não correm mais risco de despejo e obras de infraestrutura, como distribuição de água, rede de esgoto e energia elétrica e iluminação pública, aos poucos, estão sendo realizadas. A experiência da ocupação Dandara é uma referência para os movimentos de luta pelo direito à moradia no Brasil.

5. Espaço de difusão, de reflexão e de promoção da arte inserida na luta e na resistência feminista, em Belo Horizonte.

6. A Praia da Estação é um movimento de ocupação cultural e festiva da Praça da Estação em Belo Horizonte, iniciado em 2010, que questiona o modo de as pessoas ocuparem os espaços públicos da capital mineira.

mais deslocada da militância e da atuação política. De todas as formas, Coimbra contribuiu muito na construção da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), junto com o CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). Nesse momento, eu não deixava de ter uma atuação, mas eu via muitas contradições no processo também. Em 2015, sofri assédio sexual do meu antigo orientador, o que me gerou muitos problemas na universidade, e acentuaram o sentimento de que estava em um lugar muito contraditório e distante da pesquisa e da militância que eu acreditava, por isso decidi retornar ao Brasil. O retorno foi um processo que durou cerca de um ano, entre idas e vindas e buscas de soluções. Nesse período, eu acompanhei o processo de luta forte das ocupações da Izidora<sup>7</sup>, que me marcaram muito. A saída que eu encontrei foi terminar o doutorado no Brasil em processo de cotutela, com a Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Como na graduação eu fiz o meu trabalho de conclusão de curso sobre ocupações urbanas, especificamente sobre a Ocupação Dandara, eu já vinha trabalhando muito a questão do direito à cidade. Então, no doutorado, comecei uma discussão sobre terra, o direito à terra, e em 2013 acabou virando outra coisa, porque eu estava influenciada pelas transformações do país, os movimentos de rua, a minha própria trajetória política de militância e de ocupação institucional e as transformações e retrocessos que passaram o Brasil nesse período. Terminei o doutorado em 2019, com a defesa da tese, que foi sobre o fim da Nova República e o processo de reconfiguração da esquerda brasileira, um tema que já dialogava muito mais com outro olhar que era de

uma luta nacional, de um processo de encruzilhada teórica e de prática da esquerda diante do desmonte dos pactos e formas de funcionamento das instituições que haviam sido estabelecidos desde o processo de redemocratização do país. Então, a reflexão e a militância sempre caminharam juntas.

**DÉBORA:** Boaventura de Sousa Santos coordenou, ao lado da professora Miracy Barbosa de Sousa Gustin, o Projeto Cidade e Alteridade: Convivência multicultural e Justiça Urbana, no qual você atuou como pesquisadora entre 2011 e 2013. Considerando o seu contato com ele no âmbito desse projeto, bem como o contato que tiveram durante o seu doutorado em Portugal, como você analisa a relação do cenário político brasileiro com o cenário de países pertencentes ao que Boaventura (2016) propõe chamar de Sul Global, tanto em relação aos movimentos sociais quanto em relação aos contextos políticos desses países em um sentido mais amplo? Você considera a categoria Sul Global pertinente para pensar a articulação entre eles?

**ISABELLA:** A construção que Boaventura faz da Universidade Popular e dos Movimentos sociais (UPMS) e o fato de ter orientado, também, muitas pessoas que eram militantes, trouxe para ele saberes muito importantes de outros lugares, que ajudaram a conjugar uma teoria que traz conceitos fundamentais, como o conceito de Sul Global e de ecologia de saberes. Tudo muito legal, de longe. Quando você chega perto, você vê as contradições maiores do processo todo. Acho que é um pouco isso: é muita expropriação de coisa alheia, de pensamento alheio, principalmente do conhecimento

7. As ocupações da Izidora (que engloba o conjunto das ocupações Esperança, Rosa Leão e Vitória) foram fundadas em junho de 2013 por famílias que, auxiliadas pelas Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra e outros, questionavam o não cumprimento da função social de um grande terreno situado no vetor Norte da capital mineira

indígena e do conhecimento afro-brasileiro, para fundamentar a estrutura de poder acadêmico bastante tradicional em Coimbra, fora do que pode ser considerado um espaço do Sul Global. Bebi muito desses conceitos, na teoria e na prática militante, e foram essenciais, mas hoje eu formulo uma crítica em relação a esse campo da política e do pensamento. Na verdade, eu acho que o Boaventura fez uma coisa interessante na criação do conceito de Sul Global, porque o Sul Global não é um sul geográfico, mas um sul epistemológico, que vai de organização de pensamento, de modos de vida e de algumas condições que nos atravessam, marcadas pela colonialidade. O conceito de colonialidade é abrangente para dar conta de experiências distintas, em diferentes partes do mundo, que produzem opressões e violências que permanecem mesmo com o fim do colonialismo. Outros teóricos abordam o conceito de colonialidade, inclusive com mais rigor. A experiência da colonialidade é a experiência de destruição dos povos originários, indígenas e da diáspora africana, é a experiência da colonização racista desses povos e também a escravização de pessoas negras e a exterminação dos seus saberes. Aí eu acho que o conceito de Sul Global não dá conta de explicar o que é essa experiência, o que há de comum, o que há de divergente e quais as pontes de diálogo. É um conceito muito soft e, às vezes, simplista, que pode nos conduzir a pensar que “então, a gente vai construir maiorias a partir da promoção de uma articulação entre os movimentos do Sul Global”. Só que a gente, aqui na proximidade, encontra gargalos muito mais amplos, que refletem no que é hoje o desafio de reconfiguração da esquerda brasileira. Eu coloco isso na minha tese, inclusive. Nós temos uma pluralidade de experiências históricas que marcam o nosso corpo, nossas subjetividades e nossos lugares e que, para dialogarem, essas experiências vão caminhar e conjugar traumas, gerando dificuldade

dessa confluência. Quando eu vejo o Boaventura propondo algo muito em termos de confluências de partidos, ou dos pensamentos, ou de trocas de saberes, eu consigo ver que é muito mais do que isso. O impasse racial, por exemplo, atualmente, dentro da esquerda brasileira, o conceito de Sul Global não dá conta. Já o conceito de diálogo intercultural entre os movimentos dá conta um pouco, mas não na superficialidade que o Boaventura traz; e o conceito de tradução, eu acho muito fenomenal. Isso tudo do ponto de vista epistemológico. Do ponto de vista econômico e estrutural, qual é o lugar do Sul Global na economia mundial? Eu acho que existem teorias do campo marxista que são muito mais interessantes, como a teoria marxista de dependência, que vai trabalhar o conceito de dependência estrutural. Então, eu realmente acho que esse conceito de Sul Global é um conceito que não define muito bem, ou seja, não é um lugar geográfico, é um lugar epistemológico, mas é epistemológico e ao mesmo tempo material e econômico, e que vai dialogar com vários saberes. Mas, que saberes são esses? Quais as diferenças entre eles? Eu acho que ele cria um balaio de gato que não contribui tanto para a gente encontrar a saída de rearticulação de um processo de maiorias políticas no Brasil e na América Latina, de construção de uma maioria composta por essas diversidades que foram subjugadas historicamente como minoria, por uma minoria, de fato, branca, heterossexual, masculina e que sempre dominou as formas de poder e chamou todos os demais de minorias. A formação dessas maiorias políticas amplas e diversas é um desafio e todos estão tentando pensar um pouco sobre isso, esbarrando sempre na dificuldade de construir conceitos que deem conta desses impasses históricos e traumas coletivos que nos dividem.

**ALINE:** É muito bom quando a resposta tensiona em alguma medida a própria

pergunta. Como eu tenho uma formação *stricto sensu* na Antropologia, e atualmente curso o doutorado em Antropologia Social, acredito que a sua resposta nos faz pensar sobre como que a saída epistemológica às vezes só vai ser apresentada quando a gente se detiver à especificidade de cada contexto. A etnografia, enquanto uma proposta tanto metodológica quanto teórica, ou seja, como uma forma de produzir conhecimento, é uma saída para a gente começar a pensar nos conceitos que vão dar conta desses impasses históricos e traumas coletivos que nos dividem. Então, de fato, algo que é genérico demais, pelo menos para uma perspectiva mais antropológica, não parece tão interessante mesmo.

**ISABELLA:** Sim e isso é legal porque o próprio Boaventura fala dessa questão dos universais, dos universais como algo também da colonização, mas aí você tenta construir os universais contra hegemônicos negando a universidade, e isso não faz muito sentido. Outra questão que não faz sentido é pensar a epistemologia a partir da troca de saberes, a partir de encontros onde a escrita, ou mesmo a oralidade, eram predominantes. Na verdade, é muito mais da experiência, da confluência real entre os movimentos, das tretas, a forma como a gente processa a treta e transforma em força de luta. Isso passa pela experiência concreta, mas eu acho que depois o Boaventura começou a superar isso um pouco. A experiência concreta é a que eu acho que é mais capaz de trazer a elaboração coletiva para poder pensar sobre as coisas.

**DÉBORA:** Eu tenho refletido muito a respeito de como os conceitos às vezes não necessariamente precisam dar conta de tanta coisa, mas que eles precisam ser operativos no sentido de a gente encontrar essas saídas. E quando você fala do que acontece nas tretas, Bella, eu acredito que isso são as fronteiras. Então, outra questão que a gente

precisa começar a olhar são as experiências de fronteiras, que é onde realmente as coisas acontecem, porque quando nós estamos com os nossos grupos, com as pessoas que têm a mesma visão de mundo que a gente, ou uma mesma perspectiva ideológica, a gente dialoga com muita tranquilidade. É óbvio que dentro desses núcleos vivemos inúmeras contradições, mas quando a gente vai para as fronteiras é que as coisas realmente acontecem, é ali que a gente se vê diante do dilema. A gente está dando conta de praticar aquilo que a gente propõe? Como que a gente está olhando para isso? Enfim, é um pouco nesse sentido de onde acontecem as tretas e, a partir disso, apresentamos a próxima questão. Acompanhando um pouco as práticas de organizações como as Brigadas Populares, percebemos que há um cuidado com a formação das pessoas da perspectiva da cidadania. Quando dialogamos com sujeitos em situação de vulnerabilidade em espaços de atuação das Brigadas, por exemplo, percebemos que há uma ampla compreensão quanto aos direitos que se reivindica, sendo isso fruto de um processo coletivo. Como você avalia a discussão e a produção de conhecimento no âmbito dos movimentos sociais em que você já atuou?

**ISABELLA:** Essa é uma pergunta muito boa. Eu diria que eu não gosto do conceito de sul, mas o conceito de fronteira eu amo, eu o acho tudo (risos), eu gosto muito. Sobre a pergunta, na verdade, eu sinto que as Brigadas Populares formam muito a partir da prática, mas precisa avançar muito mais nos métodos de educação popular. Eu acho que esse é um grande desafio, hoje, dentro dos movimentos sociais. Alguns movimentos conseguiram investir mais em termos de formação política de sujeitos. Eu acho que, em especial, o movimento feminista e o movimento antirracista, que colocaram isso como prioridade; que entre os movimentos populares, o MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra) é o que mais conseguiu elaborar a dimensão coletiva de saberes, de escolas dos saberes e que conseguiu, inclusive, conjugar a multiplicidade de saberes, diferentes metodologias, que trabalhavam oralidades, sensorialidades, comida, enfim, tudo relacionado a saberes. As Brigadas Populares se propõem a fazer alguns processos de formação política que às vezes acontece muito nos congressos e nas assembleias, mas não enquanto um processo continuado, de formação continuada, além da formação que se dá a partir da própria luta social, que tem sua fragilidade, porque a luta forma muito, mas ela forma a partir da demanda e da necessidade. Então eu digo que isso é um gargalo. Há uma dificuldade nossa de elaborar a construção de processos de formação contínuos e acho que hoje essa é uma fragilidade de formação. Mas, por outro lado, o próprio processo das Brigadas é muito formativo para a militância. Primeiro, por conjugar processos de fronteira, que sempre vão se dar no contexto da luta; segundo, pela valorização dos processos de formação acadêmica dentro da própria organização; e terceiro, por propor esse processo de elaboração coletiva. Essa terceira parte é muito interessante: os nossos congressos e assembleias costumam ser durante um dia inteiro para refletir sobre uma questão, uma resolução política, que consiga traduzir um pouco do que a gente está projetando como linha política. Esse processo é muito formativo. Então, para a militância mais orgânica, seja ela acadêmica ou não acadêmica, é um processo muito rico, mas a dificuldade de formação da sociedade é mais frágil, eu acho. Acredito que quem mais avançou neste sentido foi o MST mesmo.

**DÉBORA:** Ao assistir aos seus vídeos e acompanhar suas redes sociais, observamos que o modo como você comunica o conteúdo político é extremamente acessível e de fácil compreensão. Há uma preocupação e uma preparação nos bastidores da sua atuação política para que você se expresse de modo a alcançar diferentes pessoas? Porque você dialoga com todo mundo, para além do conteúdo em si. Observamos uma atuação de diálogo mesmo, de realmente trabalhar as fronteiras.

**ISABELLA:** É muito natural, na realidade (risos). São vários anos construindo essas fronteiras. Você tem que fazer uma fala para a academia, uma fala para outros lugares... Então a gente vai aprendendo a fazer essa tradução. Agora, por exemplo, eu estou muito envolvida com mobilidade urbana, fiz parte da CPI do Busão<sup>8</sup> na Câmara. Desde 2018 eu estou vereadora no processo de mandato coletivo e estar como parlamentar é uma experiência um pouco diferente, mas muito boa. Como parlamentar, a gente às vezes precisa aprender coisas extremamente técnicas e tem que entender um pouco de tudo. É um pouco eclético e inconsistente, porque não tem tempo de você aprofundar demais em um tema, e mais que isso, você precisa comunicar esse trabalho, que muitas vezes está distante da realidade da maioria das pessoas. Você está falando de mineração de manhã, aí, à tarde, você vai falar de renda emergencial e à noite de CPI da BHTrans. É um exercício muito forte, mas eu falo que a coisa que eu mais gosto na política é isso, é esse processo de constante aprendizado e de constante tradução e comunicação das coisas para as pessoas. Então, imagina, você está lá discutindo como compõe a tarifa do trans-

8. A CPI do Busão, ou Comissão Parlamentar de Investigação da BHTrans (sociedade de economia mista municipal, dependente e de capital fechado, responsável pelo planejamento da mobilidade urbana da capital), foi instaurada em 2021 para examinar a “caixa preta” da empresa.

porte coletivo aqui em Belo Horizonte e porque a gente tem a tarifa mais cara e o transporte só cai de qualidade. Eu posso fazer uma fala mais acadêmica sobre essa questão, mas também preciso conseguir explicar isso de maneira mais ampla para as pessoas. Esse é um processo muito natural, eu não fico pensando agora eu vou falar assim, agora eu vou falar assado... é uma coisa que acontece.

**ALINE:** Sim, vem do reconhecimento de cada contexto, de cada cenário, é uma coisa que flui de uma forma natural. Você sente alguma dificuldade em termos teóricos em algum momento? Porque, até agora, você falou muito sobre como a sua formação também subsidia a sua prática política, mas você sente alguma limitação? Você sente em algum momento que queria ter mais tempo para estudar alguns assuntos? Como você lida com isso no dia –a dia? Ou, ao contrário, ainda há aquele momento em que você se depara com uma situação em que reconhece que já estudou determinado assunto, e isso te dá mais firmeza e segurança?

**ISABELLA:** Total! Eu acho que falta tempo. Falta tempo às vezes para discutir a coisa com profundidade. A política opera no imediatismo, demanda solução, resolução e estratégia para chegar lá, só que muitas coisas vão ficar mais subentendidas. Tem uma coisa que eu amo de paixão que são as audiências públicas. Amo audiência pública (risos). Esse é um espaço de muito aprendizado, são verdadeiras aulas para mim. Por exemplo, eu estive durante meses na CPI da BHTrans e eu percebi que o debate às vezes era muito descorporificado. Aí, eu penso, “uai gente, a maioria das usuárias são mul-

heres, mulheres negras, que usam 30% do transporte...”. Então, a gente chama os coletivos de mulheres e faz uma audiência pública e durante duas horas recebemos uma aula. Riquíssimo! Mulheres que vão te chamar para ler novas coisas, para compreender novos processos, para compreender como o sistema do trânsito é estruturado na lógica dos carros, que é também um meio de locomoção prioritário de homens e homens brancos, porque o transporte funciona como tal e porque a catraca é um instrumento de violência e as crianças são obrigadas a passar por cima e por baixo. E foi nesse processo que nós construímos o Catraquinha Livre<sup>9</sup> aprovada em 2021. Não é só uma questão de pragmatismo, afinal, isso diz muito mais sobre como é simbólica a violência que essas crianças e seus cuidadores, que no geral são cuidadoras, passam no transporte público. Não falta tempo para pensar na acessibilidade, mas falta muito tempo para a literatura e para a poesia, que eu amo também (risos). Tenho sentido falta desse tempo, mas aí a gente vai compensando isso, ouvindo as pessoas, aprendendo a partir desses instrumentos, que estão presentes em cada contexto. A gente está agora em um rolê muito interessante de formação da equipe da Gabinetea. Temos uma equipe super diversa e militante. Quem é da mobilidade está refletindo sobre mobilidade, quem é da ocupação está lidando com os conflitos e as questões da ocupação, e no desenrolar da vida real, dos corres, o outro que é da equipe jurídica está lá se debruçando com projeto de lei... E em que momento a gente vai parar a equipe toda para não só pactuar as prioridades do mandato, mas para nos formar e nos tocar em relação a tudo isso? Então, por exemplo, neste ano, a gente decidiu que a

9. Trata-se do PL nº 903/19, aprovado em segundo turno na Câmara Municipal de Belo Horizonte no dia 5 de novembro de 2021, que permite que crianças de 0 a 5 anos de idade rodem as catracas do transporte público do município, evitando que pulem ou se arrastem por baixo da roleta.



nossa pauta seria o combate à fome, a criação de um grupo de trabalho sobre a questão. Por quê? Porque todo o mandato estava envolvido em alguma medida com ações de distribuição de alimentos. LGBTQIA+ para LGBTQIA+, ocupações para ocupações etc. Mas, por que a gente chegou até aqui? Como que a segurança alimentar da população foi afetada historicamente por um desmonte de políticas? O que podemos fazer enquanto institucionalidade? Isso exige parar, ter aulas, refletir, dialogar sobre isso. Aí você vai trazer a Maria Carolina de Jesus, as formações históricas do MST, a própria diferença entre segurança e soberania alimentar, e com isso a gente vai se fazendo nesse processo de formação. Outra coisa é a saúde mental: temos um desconhecimento enorme sobre isso. Esse ano foi um ataque total do CRM, Conselho Regional de Medicina, ao sistema de saúde mental de Belo Horizonte, em especial, aos CER-SAMs, Centros de Referência em Saúde Mental. É preciso estudar o que foi o processo manicomial, como que ele se estrutura em termos de pensamento, entender por que se constitui um movimento de luta antimanicomial, como é que esse movimento tem lidado com impasses concretos de uma sociedade adoecida, onde as famílias e a sociedade querem prender e isolar qualquer pessoa com sofrimento mental. Também, como que a gente pode entender que essas pessoas são sujeitos, que elas não podem ser presas porque estão com sofrimento, só por que a sociedade quer? Isso exige formação da equipe, para a gente, inclusive, falar e lutar com convicção. Eu sinto falta disso. A gente tem investido nisso no mandato, mas o tempo é curto.

•pós

**DÉBORA:** Ao ouvi-la falar sobre as audiências públicas, em relação ao quanto se aprende e em relação à atitude de trazer as pessoas que estão ali na ponta, que são os principais beneficiários da sua atuação política, me

lembrei de uma citação do James Scott, em que ele diz que “excluir a experiência dos agentes humanos da análise das relações de classe é fazer a teoria engolir seu próprio rabo” (2011, p. 235). É uma reflexão que traduz um pouco essa experiência que você acaba de nos relatar.

**ISABELLA:** As audiências são um grande espaço de tradução. E o que é isso? Ali fala o poder público com a linguagem do poder público; fala o acadêmico com a linguagem acadêmica; fala a população com a linguagem de quem é usuário do sistema, enfim... cada um, na audiência, tem alguma reclamação para trazer ou alguma reflexão profunda sobre o processo de vida. Então, cada fala, de um lugar específico, faz com que a gente tente chegar a um lugar comum no meio daquilo tudo, até gerar um encaminhamento. É sempre tenso e potente.

**ALINE:** Que legal, é um processo de construção coletiva! Desse modo, a sua resposta já faz o gancho para a próxima pergunta. Como você avalia a relação entre a produção de intelectuais negros e negras, indígenas e LGBTQIA+ e as práticas políticas em prol dos povos indígenas, da população negra e LGBTQIA+ no Brasil? Cite alguns intelectuais que são exemplos desse movimento na política. Inclusive, é muito válido pensar em intelectuais que se situam fora da academia, porque, assim, problematizamos a máxima de que somente é intelectual quem possui uma formação acadêmica, com mestrado e doutorado etc.

**ISABELLA:** Vou começar pelo movimento LGBTQIA+. Existe uma construção histórica das anciãs e dos anciãos dentro do movimento LGBTQIA+, que são grandes referências de vida, de estratégia de sobrevivência e de formação, inclusive, de elaboração de pensamento. Belo Horizonte perdeu Anyky Lima, por exemplo, que foi uma mulher tran-

sexual, resistente à ditadura, que construiu na prática uma política dela, de várias casas de acolhimento, que hoje a gente luta para transformar em política pública. Há toda uma reflexão a respeito do debate de gênero, quando pensamos no campo da teoria queer, que é importante, por exemplo, mas que a experiência e a capacidade de trazer ensinamentos para o conjunto da população LGBTQIA+ se transmite muito a partir de pessoas como a Soraia de Menezes, uma mulher negra, sapatão, maravilhosa, sindicalista, que puxou a primeira parada LGBTQIA+ na cidade de Belo Horizonte. Eu bebo muito na fonte dessas que vieram antes de nós, trazendo todo esse aprendizado; eu bebo em algumas dessas experiências de pensamento. Vou falar mais nomes daqui de Belo Horizonte mesmo. Eu acho que um dos movimentos que mais investiu na produção de saber e do conhecimento e fez a reflexão sobre a necessidade de rupturas epistemológicas foi o movimento negro. Eu tenho aprendido muito com a Benilda Brito, com a Tati Nascimento, que vão trazer esses pensamentos de forma muito forte e que são pessoas que conjugam militância com pensamento político. Eu tenho bebido muito mais dessas referências do que de pessoas puramente acadêmicas. E no campo das artes também tem artistas incríveis em Belo Horizonte, que também estão fazendo suas produções. E por falar em artistas, tem uma pessoa que faz parte da Gabinetona, que eu considero uma grande intelectual indígena, a poeta Célia Xacriabá. Ela tem refletido muito sobre as resistências indígenas, a partir da academia, e a partir do lugar da arte, da poesia, de uma forma muito especial. Não posso deixar de citar, também, a referência quilombola e de axé, Makota Kidoaye. Ulti-

mamente, eu tenho tido pouco tempo para a academia. Fiquei com muita vontade de estudar com a Rosane Borges sobre os processos de comunicação e de política. Eu até já pensei em fazer um pós-doutorado com ela, caso ela aceite pesquisar sobre esses processos de comunicação política, porque acredito que estamos muito fragilizados quanto à compreensão sobre as transformações da comunicação e da política.

**ALINE:** No contexto atual, em que a ciência e a prática científica têm sido questionadas e deslegitimadas, ao mesmo tempo em que se tem uma ampla divulgação de fake news políticas, a exemplo das ameaças à vereadora Andréia de Jesus em Belo Horizonte<sup>10</sup>, como você enxerga esse cenário? Quais os desafios e as possibilidades de produzir alguma reviravolta nesse contexto?

**ISABELLA:** Eu estou sentindo uma necessidade muito grande de tentar elaborar sobre isso academicamente, como eu já falei. Já pensei em alguns nomes da UFMG, mas ainda não cheguei em um tempo e um lugar para fazer essa pesquisa. Acho que depois do doutorado eu decidi dar um tempo da academia, mas eu sinto que estamos dando voltas em torno do nosso rabo. Porque não é só um problema de que existem robôs, que as fake news pegam, que existem algoritmos. É um problema de robôs, mas é um problema também do tipo de comunicação que tem dominado a nossa sociedade nesse atual contexto de esgotamento de formas de organização e de pactos políticos. Eu conceituo o fim da Nova República como o fim de pactos políticos mínimos, e estou falando de pactos, mas não que todos tenham pactuado. Óbvio que alguns participam de pactos ativamente e

10. Para ver a reportagem sobre o tema, disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/11/04/deputada-da-almg-que-criticou-acao-em-varginha-vai-ter-protacao-apos-receber-ameacas.ghtml>.

outros participam passivamente, mas existem narrativas que são construídas. Quando eu estava escrevendo minha tese, vi que Bolsonaro ia ganhar e ele ainda não estava nem com 15% de intenção de votos, justamente porque ele era o único que estava tentando propor uma comunicação que dialogava com o sentimento de desamparo, de perda de caminho, de caos, que foram gerados por essas rupturas institucionais e de pactos políticos que aconteceram. E, aí, eu acho que, mais do que refletir somente sobre como os novos meios de comunicação podem ser usados pela esquerda, é importante refletir sobre qual é a comunicação que hoje tem sido a tônica das nossas relações no espaço público. E, também, qual é a diferença entre espaço privado e público nesse mundo das redes. Eu tenho sentido muita necessidade de me aprofundar sobre isso. Inclusive, para transformar isso em instrumento de luta institucional. Como que a gente vai conseguir trabalhar a ideia de que a ameaça de morte à Andréa de Jesus<sup>8</sup> só foi possível porque no dia dela de posse, ela teve a placa de Marielle Franco quebrada por bolsonaristas; porque ela foi estrangida múltiplas vezes, ali, dentro do espaço do parlamento; porque foi sendo, naquele espaço institucional, minguada e limada pela linguagem? E a Rosane Borges tem feito muita essa discussão sobre como a linguagem e a violência têm caminhado juntas nesse nosso cenário. Ela faz uma reflexão sobre o racismo da linguagem e como que a linguagem não é só linguagem. Ela tem discutido muito conjuntura. Nós fizemos

uma live juntas – Andréa de Jesus, Rosane Borges e eu – que foi muito interessante, eu achei fenomenal!<sup>11</sup> Da mesma forma comigo. Eu sofri uma lesbofobia gigantesca, desde que eu entrei em 2018, quando assumi formalmente como vereadora, a ponto de ameaçarem cassar o meu mandato<sup>12</sup>. Era uma lesbofobia pesada. Cheguei a ser agredida por um bolsonarista com um microfone. E, para fora, isso se traduz em ausência de respeito com as pautas políticas, com as nossas propostas políticas coletivas. Já estando vereadora, eu fui presa pela polícia duas vezes<sup>13</sup>. Duas vezes! E isso vai mostrando como a violência, nesse espaço da política, não pode ser relegada como uma brincadeira, como tem sido. Começaram a se definir agora os crimes de violência política no Brasil. Mas a gente tem pouquíssimos instrumentos para pensar isso. Eu troquei muita ideia com a Renata Souza, deputada do PSOL no Rio de Janeiro, que passou por uma situação parecida com a da Andréa há mais tempo, a ponto de precisar de escolta armada. Ela faz uma reflexão sobre a morte da Marielle Franco e sobre as ameaças que têm sofrido as parlamentares negras e LGBTQIA+ no Brasil, a partir da tentativa da construção do conceito de feminicídio político, o que eu achei interessante. Então, eu acho que a gente está começando a elaborar, academicamente, sobre isso, mas ainda precisamos avançar muito. E, mais do que avançar, conseguir construir uma interlocução para que isso seja um tema relevante dentro da política, porque hoje ele não é um tema falado. A gente começou a falar sobre

11. A gravação da live, intitulada “O antirracismo é condição para democracia”, está disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=d\\_8n34ZXosY](https://www.youtube.com/watch?v=d_8n34ZXosY).

12. A cassação do mandato de Bella Gonçalves virou notícia na mídia, com manchetes e conteúdos agressivos, a exemplo da reportagem no jornal O Tempo, “Vereador pede a cassação do mandato de Bella Gonçalves por quebra de decoro”, disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/aparte/subscription-required-7.5927739?aid=1.2245443>.

13. A prisão de Bella Gonçalves foi alvo de diversas reportagens na época, como a matéria do jornal Estado de Minas, “Vereadora Bella Gonçalves, de BH, é detida pela PM após manifestação na Vila Beija Flores”, disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/10/16/interna\\_politica,1195448/vereadora-bella-goncalves-detida-pm-manifestacao-vila-beija-flore.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/10/16/interna_politica,1195448/vereadora-bella-goncalves-detida-pm-manifestacao-vila-beija-flore.shtml).

isso agora, mas as violências estão ali, cotidianamente, há mais tempo, agravadas agora por esse contexto de ameaça.

**ALINE:** Enquanto você falava, eu fiquei pensando muito no Frantz Fanon (1952), porque ele fala dessa relação do colonialismo e da linguagem. Ele fala que o colonialismo está o tempo inteiro, não só objetificando, mas matando os sujeitos negros. E a proposta dele de produzir teoria a partir de ser um corpo negro é parte desse movimento de tonar-se sujeito. E a sua fala, Bella, me lembrou do trabalho dele, porque é como se a sua prática política, a de todas essas mulheres e a de todas as pessoas que representam minorias políticas, fosse uma prática que tem esse efeito de tornar as pessoas sujeitos, já que são objetos de violência policial, objetos de discriminação, mas que nesse espaço coletivo que vocês procuram construir, essas pessoas têm a oportunidade de se tonarem sujeitos e de atuar como sujeitos numa política mais ampla. **ISABELLA:** Se a gente não se entende como sujeito, a gente começa a achar que a culpa é nossa. A culpa da ameaça é da Andréa porque ela “falou o que não devia”, ou se “expressou mal”? “Mas ela deu uma entrevista péssima. Queria o quê?”. “Não! Não! Ela disse que a comissão ia investigar a polícia”. Nos processos da “escola sem partido”, quando eu sofri a ameaça de cassação, as pessoas falavam assim “ah! A Bella é doidinha!”, “apelou”, “perdeu o controle”. E teve uma matéria com título “Vereadora descontrolada se irrita por ser silenciada<sup>14</sup>”. Como a gente consegue

elaborar isso em termos de teoria? Isso é um processo de se transformar em sujeito dentro da política.

**DÉBORA:** E, como que nós, mulheres, processamos isso? Porque quando a gente fala um pouco mais alto, é isso que recai sobre nós: “está descontrolada”, “está falando demais”. E são coisas que os homens fazem o tempo inteiro. Fazem, inclusive, quando estão nos silenciando nesses espaços públicos.

**ISABELLA:** Tudo o que a gente fizer sempre vai cair nesse lugar: a irritada, a descontrolada, a descompensada, enquanto mulheres. Agora, se for uma mulher trans ou lésbica, vai cair em outros lugares. Se é uma mulher negra, também cai em outros lugares, da barraqueira. Essas formas de diálogo, esses estereótipos, são silenciadores.

**DÉBORA:** Mas é interessante, também, que mesmo num cenário político retrógrado, no que tange às últimas eleições, de maneira geral, como ascendem às casas legislativas de Minas Gerais e de Belo Horizonte mulheres como você, Andréa de Jesus e Duda Salabert<sup>15</sup> sem citar outras tantas mulheres. Eu acredito que isso acende um pouco a nossa esperança, porque vocês ocuparem esses espaços é importante para além da representatividade, pois o lugar social de vocês, vocês têm esse espaço público de articulação e tudo o que surge no âmbito dos debates, inclusive nas audiências públicas que você mencionou, só é possível porque

14. A reportagem citada por Bella Gonçalves está disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/12/interna\\_politica,1069306/bella-goncalves-se-irrita-e-diz-que-na-camara-de-bh-vereadores-nao-pre.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/07/12/interna_politica,1069306/bella-goncalves-se-irrita-e-diz-que-na-camara-de-bh-vereadores-nao-pre.shtml). Além dessa, outras matérias foram publicadas nesse sentido, como “Vereadora tenta encerrar discussão sobre Escola Sem Partido no grito”, disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/about/submissions#authorGuidelines>, dentre outras.

15. Duda Salabert é natural de Belo Horizonte e professora de Literatura há 20 anos. Dedicou sua atuação pedagógica na educação popular e na rede privada de ensino. Foi a primeira transexual do Brasil a efetivar o direito à licença-maternidade por 120 dias pelo INSS e a disputar o cargo de senadora. Mesmo não tendo sido eleita, recebeu mais de 351 mil votos – fato que a colocou como a quarta mulher mais votada da história das eleições de Minas Gerais. Em 2020, foi eleita para seu primeiro mandato (2021-2024) pelo PDT, quando bateu recorde de votos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a contar com 37.613 eleitores.

vocês estão nesse espaço, rompendo com a lógica com o que podemos chamar de representantes da mesma política de sempre. Sem a presença de vocês, todas essas coisas não estariam sendo pensadas, a gente não estaria tendo este diálogo aqui. Então, é muito importante esse processo todo. A nossa última pergunta já foi parcialmente respondida, e diz respeito às suas perspectivas futuras, em relação a seu processo de formação, que você já nos adiantou de seus planos quanto a um pós-doutorado e nos antecipou seu tema de interesse. Mas, eu gostaria de saber, também, quanto aos planos futuros desta perspectiva de atuação política. Você tem algum plano ou ideia para seguir?

**ISABELLA:** Quanto à academia, traumático e construtivo ao mesmo tempo. Eu assumi o doutorado e tinha que terminá-lo. Foi uma loucura, mas deu certo. Eu quero retomar isso sim. Para o ano que vem, nós vamos ter que colocar caldo total – teórico, militante e político na eleição federal e estadual. A Andreia precisa continuar, ela é uma revolução na Assembleia Legislativa. Logo que ela ganhou para deputada, o MST a chamou para uma audiência pública. Aí tinha um juiz que falou uma idiotice qualquer e ela então disse: “eu entendo os juízes. Eu já lavei muita privada de juiz. Eu sei como vocês pensam!”. Ela desestabilizou a pessoa. Então, nós precisamos manter a Andreia na Assembleia Legislativa e, quem sabe, ampliar nossas cadeiras. Do ponto de vista federal, a gente também vai precisar manter ou ampliar as nossas cadeiras e fazer o contraponto ao bolsonarismo, conseguir tirar esse pesadelo ruim do Brasil. Eu não tenho como ficar fora desse processo. Ainda estamos conversando no coletivo, definindo para onde eu vou, mas eu devo ser candidata a deputada federal neste ano para continuar esse processo de ocupação da política. E tem um conceito que a Áurea Carolina elaborou, que é esse de ocupação da política. Quando

fizemos, em 2017, o primeiro encontro em Belo Horizonte, em que estavam Marielle, Talíria Perone, Áurea Carolina, Sâmia Bonfim, a gente elaborou um pouco sobre qual é a diferença de estar na política, estar no espaço político institucional e ocupar a política, enquanto um ato de confrontação. Então, o nosso desafio ali não era nos acomodarmos àquele jogo de interesses, para, a partir de um jogo pragmático, conseguir trazer resultados concretos. O nosso desafio é confrontar a política do toma lá dá cá, convidar as pessoas a participar, mobilizar, reinventar a política. É construir a nossa atuação em um lugar de fronteira, que é um lugar de tensionamento. Compreendendo que jogar as regras do jogo, para nós, nunca vai ser possível e nunca vai nos levar por um caminho de entregas reais, de fato, para a população. Vai ser uma entrega mínima, de curto prazo, mas que vai servir mais como uma ilusão de que as coisas estão se transformando do que como uma transformação na prática. Então, a ocupação da política é a confrontação. Não é acomodação às formas institucionais de construir historicamente a política. Vamos seguir ocupando a política, principalmente no ano que vem!

**ALINE:** Embora você tenha falado das suas perspectivas quanto à formação e quanto à política para o próximo ano, você tem vontade de atuar como docente, de dar aula, de estar em sala de aula em algum momento?

**ISABELLA:** Tenho muita vontade. Eu só preciso arrumar tempo para organizar meu Lattes, escrever alguns artigos, mas tenho muita vontade. O que citei agora é um caminho de continuidade, porque é isso, a vereança me tomou tanto! Eu tenho um amigo que eu quebrei o pau com ele esses dias. Ele falou: “nossa, Bella, depois do seu doutorado você está ficando mais rasa, você abandonou a academia, se distanciou...”. E eu falei: “você tem noção de como é difícil

estar em todas essas lutas, conjugando essas coisas todas, e você ainda vem me cobrar?”. Ao mesmo tempo eu agradeço a ele por chamar a atenção para esse lugar que sempre atravessou minha trajetória e que eu não quero que se perca. Então, talvez um pós-doutorado possa contribuir nesse caminho. Esse ano os planos mudaram um pouco, mas quem sabe no ano que vem dá para pensar nisso...

**ALINE:** É uma via de mão dupla, não é?! Estudar e atuar politicamente. Há momentos em que a gente fala “estou fazendo tanto e ainda parece pouco”, mas acho que é não perder de vista que falas como a de seu amigo chamam a atenção para este esforço que a gente tem que fazer para conseguir transitar nesses dois espaços, nesses dois mundos. Acho que por mais que a gente esteja muito ligada ao universo acadêmico, a gente pensa o tempo inteiro, também, em nossas limitações, por só estar atuando academicamente na maior parte do tempo, enfim, às vezes a gente sente a necessidade de ocupar outros espaços. Trago isso para pensarmos, pois você falou sobre ocupar. A gente está o tempo inteiro saindo da academia e tentando ocupar outros espaços também, e nesses espaços a gente sente vontade de voltar para a academia. Acho que esse movimento é duplo.

**ISABELLA:** Que prosa boa, gente! Obrigada pelo espaço.

**DÉBORA:** A gente é que agradece sua disponibilidade de nos encaixar em sua agenda, que a gente sabe que não é fácil. Ficamos muito felizes com o aceite do convite! E a ideia foi a de fazer uma entrevista que apresentasse essas outras perspectivas, que dialogam com a academia, mas que não estão restritas a ela, porque o conhecimento se produz a partir dos agentes e entendemos que você está nessa área de fronteiras, que é

uma área que possibilita trazer outras perspectivas e diversos saberes.

## Referências Bibliográficas

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008 (1952).

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez., p. 24-56, 2016.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011, p. 217-243.